JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano V - N° 814 - Brasília, quarta-feira, 10 de fevereiro de 1999





Mozarildo cita denúncias de que "a Fundação Nacional de Saúde tem tido uma atitude que compromete a lisura na aplicação dos recursos públicos".

Mozarildo quer ampliar auditoria na saúde em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti quer estender à Fundação Nacional de Saúde em Roraima a auditoria que o senador Romero Jucá sugeriu no sistema de saúde do estado. "Se vamos fazer uma auditoria, queremos que seja ampla", afirmou, ao comentar o pedido de Jucá ao Ministério da Saúde.

Melo é contra o "imposto verde"

Página 3

PERNAMBUCO

Estado honrará compromissos, diz José Jorge

O pagamento da dívida de Pernambuco com a União absorve cerca de 20% de sua receita,

mas não há possibilidade de que o estado deixe de honrar esse compromisso. A garantia é do senador José Jorge (PFL), que acredita nos resultados das medidas propostas pelo novo governo estadual.



Alberto Silva sugere aumento da produção

Um grande programa envolvendo o governo e toda a sociedade seria capaz de triplicar em

cinco anos a produção agrícola brasileira. A opinião é do senador Alberto Silva (PMDB), que tem na recuperação da agricultura nacional uma de suas principais preocupações.





PARANÁ

Álvaro Dias quer política com seriedade

Recuperar a credibilidade das instituições políticas é a principal proposta do senador Álvaro

Dias (PSDB). Para ele, as eleições mostraram os vícios do atual sistema político, como alguns partidos transformados em balcão de negócios, e isso "precisa ser sepultado".









Página 2

JORNAL DO SENADO Brasília, quarta-feira, 10 de fevereiro de 1999

A Voz do Cidadão registra grande crescimento

O serviço telefônico interativo, que recebe críticas e sugestões, funciona 24 horas por dia e recebeu mais de 20 mil ligações em 1998. Senador mais procurado pelos usuários, Pedro Simon diz que a iniciativa coloca o Senado "à vista da sociedade"

Entre as várias formas usadas pelos senadores brasileiros para dialogar com a sociedade, recolher propostas e prestar contas, uma das mais recentes e inovadoras vem registrando índices expressivos de crescimento. Trata-se do 0800 - A Voz do Cidadão, um serviço telefônico interativo que recebe críticas, sugestões e pedidos de materiais produzidos pelo Legislativo, em funcionamento 24 horas, todos os dias da semana. O Senado recebeu mais de 20 mil ligações no ano passado e pôde enviar documentos, gratuitamente, para quase duas mil pessoas.

O crescente interesse da sociedade por um canal de comunicação direta com os parlamentares pôde ser constatado durante as votações, pelo Congresso, de matérias como a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da

CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), com elevação da alíquota, e o projeto de lei da Câmara que criou a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos e pensionis-

tas e elevou a contribuição dos servidores ativos. No período de 18 a 20 de janeiro, nada menos que 1.478 ligações foram feitas para *A Voz do Cidadão*, informa Ilana Trombka, responsável pelo servico na Subsecretaria de Relações Públicas, órgão vinculado à Secretaria de Comunicação Social do Senado

A Voz do Cidadão ope-

ra como um serviço de ouvidoria, dentro dos mais modernos conceitos de comunicação entre as instituições (empresas, órgãos, governos, poderes constitucionais) e seus usuários (clientes, cidadãos). O número é 0800-612211 e a ligação é gratuita. Para fax, o número é (06l) 311-1055. O acesso também pode ser feito via Internet, no endereço da página do Senado (http://www.senado.gov.br).

O serviço está em funcionamento des-

de janeiro de 1997. Todas as mensagens são repassadas diretamente aos senadores destinatários. O serviço também informa sobre a tramitação de projetos de lei e envia gratuitamente normas jurídicas, re-

latórios, discursos e projetos de lei, desde que os documentos solicitados não estejam à venda no setor de Edições Técnicas. Por meio da *A Voz do Cidadão*, discursos de extambém é possível fazer senadores, como a assinatura do Jornal o ex-presidente do Senado. No ano passado, revela Ilana, foram enviados em torno de 1.700 documentos. Em

pouco mais de 30 dias, este ano, já foram remetidas quase 450 cartas. A previsão é que as remessas superem em mais de 100% o volume de 1998.

Uma equipe de estagiários da Universidade de Brasília (UnB), das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais e Comunicação Social, faz o atendimento do serviço, no horário das 10h às 22 h. Fora desse horário, todas as chamadas são recebidas por meio eletrônico e os usuários em geral recebem o material solicitado entre sete e dez dias úteis. O maior número de ligações vem do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

No ano passado, ao tomar conhecimento de que havia sido o senador mais procurado pelos usuários para o encaminhamento de idéias e comentários, durante o primeiro ano de funcionamento do serviço, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez questão de ocupar a tribuna da Casa para proclamar seu respeito por A Voz do Cidadão e elogiar a iniciativa da Mesa do Senado:

- Já que não temos condições de perambular pelo Brasil, A Voz do Cidadão faz com que o cidadão possa pegar o telefone, fazer sua sugestão ou crítica. Essa é uma iniciativa altamente positiva, que coloca o Senado à vista da sociedade e permite que nós saibamos receber a crítica e a sugestão com humildade.

Na rotina de A Voz do Cidadão, solicitações curiosas, em geral para subsidiar trabalhos escolares, também anarecem. como o pedido de cópia da Lei Áurea, as biografias de todos os senadores do Amazonas, desde 1889, o pronunciamento que o Papa fez no Congresso Nacional, em sua última visita ao país, além de discursos de ex-senadores, como Juscelino Kubitschek.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Todo Dia - Musculação $7\text{h}30-\text{Especial Unip}-\text{Linguagem Musical}-2^{a}$ parte 8h — Saúde Todo Dia - Ginástica Especializada 8h30 — Especial - "Patrimônio Mundial - Cartagena e

9h — Cores do Brasil - Olinda

9h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas

10h — Cores do Brasil - São Luiz do Maranhão

10h30 — Saúde Todo Dia - Musculação 11h — Especial Unip - Pressão Arterial - 2º parte

11h30 — Espaço Cultural - Apresentando "IX Sinfonia

12h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas

13h — Cores do Brasil - Olinda

13h30 — Mulheres em Destaque - Deputada Jandira

saúde no Brasil e aponta suas perspectivas para 1999 14h30 — Palestra - Vida Emocional do Bebê

15h30 — Espaço Cultural - "IX Sinfonia de Bee 16h30-Especial Unip - Linguagem Musical - 2^{a} parte 17h — Especial - Fernando Cesar Mesquita entrevista a

18h — Cores do Brasil - Cerrado

18h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas

19h — Palestra - Vida Emocional do hebê

20h — Cores do Brasil - Amazonas

20h30 — Entrevista - Senadora Heloísa Helena fala sobre as suas propostas políticas

21h — Cores do Brasil - Rio de Janeiro

21h15 — *Mulheres em Destaque* - Entrevista com a deputada Jandira Feghalli

22h — Cores do Brasil - Dendê da Bahia 22h30 — Especial Unip - Pressão Arterial - 2ª parte 23h-Especial - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista a cantora Fafá de Belém



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

Satélite - R1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida)

Polarização: Vertical

Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz

Antena - 3.6 m LNB

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2

Symbol 3.2143MS-S

SEC 3/4

Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

NET BsB - canal 7 SKYNET - canal 30

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

l Equipamentos necessários

Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C

Receptor ABR 200, ComStream LBN DRO ComStream

60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

I Informações técnicas:

Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600

Satélite: Brasilsat B2 Polarização: Vertical (RX)

Modo: Joint-Stereo

Taxa: 128 Kbps-BPSK Programação ABR:

CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Mozarildo quer ampliar auditoria pedida por Jucá O senador Mozarildo Mozarildo o formulará:

As solicitações

incluem desde

uma cópia da

Lei Aurea até

Juscelino

Kubitschek

Cavalcanti (PFL-RR) elogiou o pedido de auditoria no sistema de saúde de Roraima, feito pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao ministro da Saúde. José Serra. Mozarildo considera missão dos senadores fiscalizar o andamento dos serviços públicos no estado e no país.

Mozarildo Cavalcanti, no entanto, quer estender a auditoria a outros ór-

gãos do estado. Durante entrevista em seu gabinete, o parlamentar pelo PFL sugeriu que Jucá amplie seu pedido para que sejam alcançadas, pela investigação, as atividades da Fundação Nacional de Saúde (FNS) em Roraima. Caso o pedido não parta de Jucá, o próprio



investigação sobre o FNS em Roraima

- Segundo denúncias reiteradas de sindicalistas, vereadores e outras personalidades do estado, a Fundação Nacional de Saúde tem tido uma atitude que compromete a lisura na aplicação de recursos públicos. Se vamos fazer uma auditoria, queremos que ela seja ampla – afirmou.

A auditoria do Ministério da Saúde, para Mozarildo

Cavalcanti, deverá também englobar o convênio mantido entre a FNS e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para assistência de saúde às comunidades indígenas. Conforme o senador, essa assistência é "precaríssima". Ele lembrou recente denúncia da morte de 40 índios yanomami.

Dornelles descarta volta da inflação

As duas maiores preocupações do Brasil atualmente são o desemprego, que atingiu um índice de 7,59% no ano passado, e a volta da inflação, disse o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, ao programa Agenda Econômica, que a TV Senado exibe hoje à 1h, 5h, 13h30 e 21h15. O ministro afirmou que a inflação não voltará, porque o governo não vai permitir a volta do processo de indexação e o desequilíbrio das contas públicas.

Cultura ao Meio-Dia traz *A Liberdade é Azul*

A atração de hoje do projeto Cultura ao Meio-Dia é o filme A Liberdade é Azul, primeiro da trilogia sobre as cores da bandeira francesa dirigido por Krzysztof Kieslowski, cineasta polonês radicado na França. A película ganhou o Leão de Ouro em Veneza. A sessão acontece no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio 3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas o Coordenação Agência Senado

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares Brasília - DF - 70165-920

Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Sebastião Rocha criticou FHC por não receber os governadores da oposição

Sebastião Rocha propõe fórum único de governadores

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou um erro do presidente Fernando Henrique Cardoso a decisão de não receber os governadores de oposição. "Ele, como chefe da nação, não pode se negar a conversar com governadores preocupados em encontrar soluções para a atual crise", disse Rocha.

O senador considera natural o desejo dos governadores de renegociar as dívidas dos seus estados. "Assim como a equipe econômica se reúne com o Fundo Monetário Internacional para o reescalonamento dos empréstimos, é normal os novos governadores tentarem resolver a dívida herdada nos estados", observa Sebastião Rocha.

Para o senador, no entanto, o ideal é que não haja essa caracterização "governadores de oposição e de situação".

 Deveria existir um fórum único onde todos os governadores pudessem tratar dos assuntos de interesse dos estados – opinou.

As dificuldades econômicas atuais levam Sebastião Rocha, líder da bancada do PDT na Casa, a acreditar que o Senado terá um papel de grande importância nesta legislatura.

portância nesta legislatura.

Segundo ele, "o Senado buscará soluções para o país, tanto em questões como a da dívida dos estados, como na abordagem da crise econômica que ameaça desorganizar a economia".

Luiz Estevão pede novo prazo para o DF refinanciar sua dívida

Logo no início dos trabalhos legislativos, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) vai apresentar projeto de lei modificando a legislação vigente para que o Distrito Federal possa refinanciar, alongar e reduzir o custo de sua dívida, avaliada em RS 1 bilhão.

O anteprojeto prevê a reabertura dos prazos estabelecidos pela Lei nº 9.496/97, que estabelece critérios para a consolidação, assunção e refinan-ciamento, pela União, da dívida pública mobiliária dos estados e do Distrito Federal.

Por essa legislação, o prazo para solicitação de refinanciamento das dívidas estaduais expirou no dia 31 de março de 1998. Muitos estados beneficiaram-se com a lei, mas o Distrito Federal ficou de fora.

O Distrito Federal foi um dos poucos que não ingressaram com um projeto de parcelamento da dívida nos termos dessa lei, como fizeram 20 estados brasileiros. Seria muito benéfico e oportuno incluir o Distrito Federal nos critérios estabelecidos pela Lei n° 9.496. Queremos utili-



O senador Luiz Estevão quer para o DF refinanciamento que beneficiou 20 estados

zar esses beneficios – disse ele.

Pelos critérios atuais, 43% do total da dívida do Distrito Federal vence nos próximos quatro anos. Com o refinanciamento estabelecido pela Lei n° 9.496, o DF teria que amortizar, em vez de 43%, somente 18% nesse período, segundo Luiz Estevão. Para ele, a lei permite pagar juros atrativos: apenas 6% ao ano, acrescentou o senador.

Geraldo Melo é contra a criação do "imposto verde"

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que defenderá, dentro do seu partido, posição contrária à criação do "imposto verde", mas acolherá a decisão que seu partido vier a tomar. A criação desse imposto está prevista na proposta de Orçamento da União aprovada pelo Congresso Nacional no início deste ano.

Geraldo Melo acredita que os parlamentares não deveriam mexer na estrutura tributária do país "pinçando uma idéia".

 Temos que encarar em 1999 a reforma tributária e criar uma nova estrutura tributária para o Brasil. Espero que essa reforma diminua o número de impostos – afirmou.

Para o senador, adotar o "imposto verde" representaria apenas a criação de mais uma taxa, fora da lógica de uma reforma estrutural nos tributos brasileiros.

EMBAIXADOR DA CORÉIA

Primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo recebeu ontem o embaixador da Coréia no Brasil, Won Young Lee, em visita de cortesia.

Young Lee convidou o senador para participar, no final deste mês, de uma conferência patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Seul, onde serão debatidas as oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os chamados países emergentes no mundo globalizado.



Young Lee explicou a Melo como a Coréia superou problemas semelhantes àqueles enfrentados hoje pelo Brasil

Geraldo Melo não confirmou a viagem, uma vez que os trabalhos do Senado se intensificarão a partir do próximo dia 22. Mas comprometeuse a dar uma resposta sobre se participará ou não da conferência até o fim desta semana.

– Seria uma oportunidade interessante participar dessa conferência, principalmente para conhecer melhor a trajetória da economia coreana, que passou, há cerca de um ano, por uma crise econômica semelhante à que o Brasil vem enfrentando – disse ele. O senador observou, no entanto, que é possível obter essas informações sem precisar ir pessoalmente à conferência.

Conforme informação que lhe foi repassada pelo embaixador da Coréia, aquele país conseguiu alcançar no ano passado um superávit de US\$ 40 bilhões e espera investimentos estrangeiros diretos superiores a US\$ 20 bilhões este ano. "A crise naquele país é considerada encerrada", resumiu Melo.

Won Young Lee afirmou que, durante a visita, houve troca de opiniões sobre as relações bilaterais entre Brasil e Coréia. E acrescentou que os investimentos coreanos no país devem continuar, apesar da fase turbulenta que a economia brasileira vem atravessando. "Tenho certeza de que o Brasil superará a crise", frisou.

Carlos Wilson manifesta preocupação com surto de cólera no Nordeste

Ao manifestar sua preocupação com um surto de cólera em alguns estados do Nordeste, principalmente Pernambuco, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) informou que somente este ano já foram confirmados 165 casos.

Tambémforam registradas duas mortes como sendo causadas pelo *vibrio cholera* e outras três estão em investigação. Ele acrescentou que, dos 33 municípios atingidos na região, 20 estão situados em Pernambuco.

Carlos Wilson, que se encontra em Pernambuco acompanhando as providên-

cias que estão sendo tomadas para resolver o problema, adiantou que o Ministério da Saúde repassará imediatamente R\$ 11 milhões para o combate à doenca

Desse total, R\$ 7,5 milhões serão usados na compra de 300 mil caixas de hipoclorito de sódio e o restante



Segundo Carlos Wilson, 20 dos 33 municípios atingidos pelo surto ficam em Pernambuco

 R\$ 3,5 milhões – na implantação de um programa de monitoramento ambiental, que vai investigar a presença e a evolução do vibrião colérico nos mananciais hídricos.

A situação é preocupante, principalmente porque o vibrião do cólera é transmitido por água contami-

nada. E como os reservatórios que abastecem a maioria das cidades da região estão secos ou no limite mínimo, as pessoas estão bebendo qualquer água que encontram, sem se preocupar com o tratamento — afirmou Carlos Wilson.

Depois de Pernambuco, onde foram registrados 122 dos 165 casos confirmados até agora, os estados mais atingidos pelo cólera são Paraíba, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte

A cidade pernambucana onde existe a maior incidência da doença é São Vicente Férrer, com 29 casos confirmados. A situação em Recife, que dispõe de apenas 30% de sua área saneada, também preocupa.

Nesta semana, segundo informou o senador Carlos Wilson, representantes da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e das secretarias estaduais de Saúde definiram uma estratégia de ação para evitar uma epidemia da doença. Entre as decisões, ficou acertada a instalação de um programa de monitoramento das bacias hidrográficas e de outras fontes hídricas.

PERNAMBUCO

José Jorge garante que estado honrará compromissos



Cerca de 20% da receita de Pernambuco estão sendo destinados ao pagamento da dívida com a União. Essa relação já foi de 12% e hoje contribui para a crise financeira do estado, informou o senador José Jorge (PFL-PE), que assumiu seu mandato no dia 1º. Apesar das dificuldades enfrentadas, porém, o senador garante que "não há possibilidade de calote". A pretensão do governador Jarbas Vasconcelos, afirma José Jorge, "é continuar pagando, honrando seus compromissos".

Segundo o senador, o governador Jarbas Vasconcelos assumiu o estado "em situação de total desgoverno, com uma máquina pública abandonada, depois de um governo marcado pelo escândalo dos precatórios". Ele reconhece que em outras gestões

Miguel Arraes, governador do estado nos últimos quatro anos, "até trabalhou bem, mas agora o desempenho foi lastimável".

Para melhorar a situação das contas públicas de Pernambuco, José Jorge diz que o novo governador deverá concentrar seus primeiros esforços no sentido de diminuir o atual comprometimento de 71% da receita com o pagamento dos servidores estaduais. "A idéia é começar centralizando a folha, o que ajudará a identificar privilégios e funcionários fantasmas", adianta. Além dessa medida, o senador informa que Jarbas irá criar um fundo de pensão, para o qual será transferida parte dos custos com o funcionalismo inativo.

Analisando a crise econômica enfrentada pelo país, o senador lamenta "a provável volta de índices inflacionários elevados, decorrentes das oscilações no câmbio". Para ele, a situação atual é fruto do desajuste nas contas públicas: "A manutenção da quase paridade do real com o dólar só seria possível se não houvesse déficit", salienta. "Como esse problema não foi resolvido, agora é trabalhar para sair de mais essa crise", acrescenta, manifestando sua preocupação com o crescimento da dívida pública, "que está sendo assustador neste quadro de desvalorização do real e juros altos".

José Jorge pretende, ainda, trabalhar para o fortalecimento do sistema partidário do país. Defende medidas simples, como a adoção de uma quarentena de três anos para o político que mudar de partido poder se candidatar novamente pela legenda. "Para os cidadãos que não exerçam mandato, o prazo continuaria a ser de um ano, pois defendo a ampliação apenas para os políticos", afirma. "O estabelecimento dessa quarentena pode ser feito através de lei ordinária, que tem tramitação mais simples", sustenta.

O senador diz que também pretende desempenhar um mandato voltado para a educação, área a que esteve vinculado nos seus quase 20 anos de vida pública. José Jorge foi deputado federal por 16 anos e presidiu a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Câmara, além de ter trabalhado como relator em importantes projetos na área, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de autoria do ex-senador Darcy Ribeiro.

PIAUÍ

Alberto Silva defende programa para aumentar produção agrícola

Investir em um programa envolvendo o governo e toda a sociedade que em cinco anos amplie a produção agrícola brasileira das atuais 80 milhões de toneladas anuais de grãos para 250 milhões de toneladas. Essa é a proposta que o senador Alberto Silva (PMDB-PI) tem para o Brasil deixar de ser uma nação pobre. A recuperação da agricultura nacional é um dos principais pontos que o ex-governador do Piauí defenderá no Senado.

Na opinião do senador, os Estados Unidos têm seu desenvolvimento econômico e suas riquezas alicerçados nas 450 milhões de toneladas de grãos produzidas por ano. Alberto Silva entende que os próprios americanos consideram a agricultura mais importante do que a indústria. Ele acredita que, com o aumento da produção agrícola, o Brasil estaria resolvendo, ao mesmo tempo, os problemas da educação, da



saúde e da Previdência.

Com o objetivo de ampliar a produção agrícola do país e gerar renda para os agricultores nordestinos das regiões atingidas pela seca, Alberto Silva já apresentou ao presidente Fernando Henrique Cardoso um projeto que poderá, segundo ele, transformar o Nordeste no maior produtor de sementes de milho e feijão do mundo.

O projeto sugere que, ao invés do plantio convencional, na superficie, os lavradores passem a plantar dentro de valas de profundidade de 35 centímetros. No fundo de cada uma das valas, seriam colocados 15 centímetros de um mineral abundante no Piauí, chamado vermiculita. Tratado de maneira especial, esse mineral adquire a propriedade de absorver cinco vezes o seu peso em água.

— O agricultor põe a vermiculita no fundo da vala, depois cobre com adubo, terra comum e as sementes. Entre duas valas, com a terra resultante da escavação, ele faz uma espécie de quebra-molas. Quando cai uma chuva de 30 ou 40 milímetros, a água, em vez de evaporar, escorre para dentro da vala.



Silva quer esforço conjunto do governo com a sociedade em favor da agricultura

Lá, por capilaridade, chega na vermiculita, que absorve e mantém a água por uns 40 dias, até que chova novamente – detalha o senador pelo Piauí.

Alberto Silva informa que seu projeto prevê a produção de milho e feijão

para sementes, e não para consumo, porque elas oferecem maior rendimento para os agricultores. Ele calcula que, em um hectare de terra, seguindo as orientações da Embrapa, o lavrador consiga produzir três mil quilos de semente de feijão por ano, que poderá ser vendida a R\$ 2,00 o quilo. Tiradas todas as despesas, chega-se a um rendimento que representa 3,5 salários mínimos mensais.

O projeto do senador inclui a construção de um barracão coberto, de alumínio ou zinco, com calhas para que a água da chuva seja depositada em dois reservatórios de plástico, cada qual com capacidade para 20 mil litros. Alberto Silva tem estudos que apontam que, mesmo nos anos de seca, a quantidade de chuva que cai é suficiente para encher esses dois reservatórios, que resolveriam o problema da escassez de água potável.

PARANÁ

Álvaro Dias pretende recuperar credibilidade da política

O novo senador pelo Paraná, Álvaro Dias (PSDB), tomou posse tendo como principal projeto a recuperação da credibilidade nas instituições políticas, segundo ele prejudicada principalmente nos últimos tempos pela crise econômica. Para isso, considera fundamental que haja uma reforma política.

Álvaro Dias diz que os interesses regionais e partidários devem ser esquecidos e defende como fundamentais a instituição da fidelidade partidária, a regulamentação eficiente da constituição de partidos políticos e do financiamento da campanha eleitoral e a fiscalização da aplicação desses recursos, entre outras propostas.

 Nas eleições passadas muitos vícios do atual sistema político afloraram. Esse modelo político precisa ser sepultado – afirma, lembrando que alguns partidos funcionam como um balcão de negócios, ocupando espaço na TV e no rádio.

O senador acredita que, mais importante que apresentar projetos, é ter uma participação política ativa, e defende a elaboração, pela Casa, de uma legislação específica para responsabilizar administradores nos casos de endividamento público. Para Álvaro Dias, não se pode permitir que governadores se endividem de forma irresponsável, "como se o estado não fosse continuar ao fim do mandato deles".

 Vender os bens, com privatizações, para pagar salários e outros custeios é empobrecer o estado – salienta Álvaro Dias, acrescentando que sua experiência como governador o ajudará a discutir esse problema.

O novo senador espera ainda que o Congresso Nacional seja rápido nas decisões.

 $-\,A\,crise$ exige muita agilidade $-\,observa.$

Álvaro Dias foi governador do estado de 1987 a 1991 e, à frente do Executivo, conseguiu deixar o Paraná com superávit de 6,2 bilhões de cruzeiros, um fato até então inédito, segundo ele. Investiu, na época, mais de USS 200 milhões em obras em todo o estado. O programa Paraná Rural, desenvolvido durante seu governo, foi considerado pela ONU e pelo Banco Mundial como modelo para o mundo. De acordo com

o senador, 103 mil produtores rurais foram beneficiados pelo programa, que permitiu a conservação do solo de 1.300 microbacias hidrográficas. "Este foi o maior programa de preservação da terra e meio ambiente já realizado no Paraná", afirma.

Álvaro Dias é historiador e já exerceu o mandato de senador, entre 1983 e 1986, presidindo, nessa época, a Comissão de Agricultura e Política Rural da Casa. Também foi deputado federal por duas vezes (de 75 a 82), além de deputado estadual e vereador. Ocupou ainda o cargo de diretor-presidente da Telecomunicações do Paraná S.A (Telepar). É casado com Débora Amaral de Almeida Fernandes Dias e pai de dois filhos, Carolina e Álvaro.



Para Álvaro Dias, modelo político tem muitos vícios e "precisa ser sepultado"